



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ESCOLA JUDICIAL DO ESTADO DO PARÁ

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

Contratação de docentes para ministrar

O Curso: “Litigância predatória e estrutural: Desafios atuais do Poder Judiciário”





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 ESCOLA JUDICIAL DO ESTADO DO PARÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ	
SETOR DEMANDANTE/REQUISITANTE: Escola Judicial do Estado do Pará	
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA – JEFERSON ANTÔNIO FERNANDES BACELAR	
MATRÍCULA: 191736	TELEFONE: (91) 3110-6815
E-MAIL: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br	

1. Justificativa da necessidade da contratação

O exercício da magistratura é sempre desafiador: E, atualmente, o desafio tem sido potencializado por litigâncias cada vez mais complexas, tais como a predatória e a estrutural.

O Poder Judiciário está assoberbado com lotes imensos de ações, não raras vezes, respaldadas em condutas fraudulentas ou, no mínimo, eticamente duvidosas, de partes e de Advogados(as). E a complexidade das relações sociais, agora massificadas e sob o influxo dos avanços tecnológicos e da inteligência artificial, acabam por impactar negativamente na qualidade do serviço judicial, que é caro. É premente a necessidade de a magistratura aplicar criticamente instrumentos para o tratamento adequado destes novos tipos de litigância. A coerência e a integridade de um sistema de precedentes, e a flexibilidade procedimental num processo estrutural parecem ter potencial para auxiliar o Poder Judiciário nessa árdua missão.

O Conselho Nacional de Justiça instituiu, na Resolução nº 349 de 23 de outubro de 2020, o Centro de Inteligência do Poder Judiciário CIPJ e a rede de Centros de Inteligência do Poder Judiciário, com o objetivo de identificar e propor tratamento adequado de demandas estratégicas ou repetitivas e de massa no Poder Judiciário brasileiro.

Assim, a EJPA-Pa, alinhada às diretrizes pedagógicas da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), apresenta este planejamento de ensino para a realização do curso "Litigância predatória e estrutural*", na modalidade semipresencial, com a duração de 20 horas, e dividido em ambientação e sala de aula invertida na modalidade a distância e quatro unidades na modalidade presencial, com aulas teóricas e práticas ministradas por formadores(as) com expertise nas matérias.

Dessa forma, pretende-se possibilitar aos(às) magistrados(as) o desenvolvimento das competências necessárias para o enfrentamento da litigância predatória e estrutural, com vistas ao alcance de exímios resultados no exercício da atividade jurisdicional no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.



TJPA MEM/2023/20426A





<p>Dessa forma, é necessária a preparação dos magistrados, magistradas e servidores e servidoras, para o aprimoramento das discussões, para que elas sejam adequadas, justas e metodologicamente corretas, levando a maior organicidade, eficiência e efetividade do aparelho judiciário.</p> <p>Assim, o Curso tem a finalidade de propiciar ao magistrado e magistrada, servidor e servidora, servidores, a oportunidade para assimilar e aplicar a melhor maneira de debater e solucionar as demandas, para uma mudança substancial na forma de reanálise dos fatos, debate e argumentação, a fim de que sejam produzidas decisões estáveis e permanentes acerca do tema abordado.</p>
<p>2. Alinhamento com o Planejamento Estratégico e informar se consta no Plano de Contratações do TJPA, e, na ausência, justificar e informar as providências tomadas para a atualização do Plano</p>
<p>A presente demanda está alinhada ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Pará (2021-2026), vinculada ao Macrodesafio: Agilidade e Produtividade na prestação jurisdicional, visando implementar a etapa 3.7.3 que trata da elaboração de cursos de capacitação para magistrados(as) e servidores(as) que versem sobre rotinas padronizadas de trabalho. Esta ação consta no Plano de Contratações da Escola Judicial do Poder Judiciário do Pará, EJPA, para o exercício de 2022, e é uma ação imprescindível para o alcance das Metas do Planejamento Estratégico do Poder. A presente demanda consta no item EJ4A23 do plano de contratações do ano de 2023.</p> <p>Vale destacar que em atendimento a Portaria nº 1094/2023 - GP do TJPA, o presente documento será regido pela Lei de Licitações nº 8.666, de 21 de junho de 1993.</p>
<p>3. Quantidade de bem / serviço a ser contratada</p>
<p>Contratação de docentes com notório saber jurídico para proferir o Curso: “Litigância predatória e estrutural: Desafios atuais do Poder Judiciário” para Magistrados e Magistradas, Servidores e Servidoras, do TJPA</p>
<p>4. Previsão da data em que deve ser iniciado o fornecimento dos bens / a prestação dos serviços</p>
<p>16, 19 e 20 de junho de 2023. Carga horária: 20h</p>
<p>5. Indicação dos integrantes das equipes de planejamento, de apoio e de gestão e fiscalização da contratação</p>
<p>5.1. Equipe de planejamento da contratação</p>
<p>Integrante Demandante Nome: Jeferson Antônio Fernandes Bacelar</p>



TJPA MEM202320426A





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ESCOLA JUDICIAL DO ESTADO DO PARÁ

Matrícula: 191736 Telefone: (91) 3110-6827 E-mail: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br
Integrante Técnico Nome: Synthia Maria Guimaraes Angelim Matrícula: 126322 Telefone: (91) 3110-6812 E-mail: synthia.angelim@tjpa.jus.br
5.2. Equipe de gestão e fiscalização da contratação
Gestor do Contrato Nome: Jeferson Antônio Fernandes Bacelar Matrícula: 191736 Telefone: (91) 3110-6815 E-mail: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br
Fiscal Demandante Nome: Synthia Maria Guimaraes Angelim Matrícula: 126322 Telefone: (91) 3110-6812 E-mail: synthia.angelim@tjpa.jus.br
Fiscal Técnico Nome: Synthia Maria Guimaraes Angelim Matrícula: 126322 Telefone: (91) 3110-6812 E-mail: synthia.angelim@tjpa.jus.br

Belém, 18 de abril de 2023

Responsável pela Formalização da Demanda
Diretor de Ensino e Pesquisa da Escola Judicial do Estado do Pará
Jeferson Antônio Fernandes Bacelar

